

Tambor dos pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas

O livro apresenta uma reflexão processual sobre a formação de unidades sociopolíticas identificadas com o quilombo do Tambor e sobre outro caso tomado para efeitos comparativos sobre a formação da Associação Quilombola de São Raimundo do Pirativa, no Amapá. Chama a atenção para os mecanismos de vigilância e repressão sobre os moradores ribeirinhos que tiveram por objetivo expulsá-los de suas áreas de ocupação tradicional.

Quando Otília Maurícia dos Santos e parte dos 14 filhos que tivera com José Maria dos Santos se mudaram do rio Paunini para as margens do rio Jaú, eles primeiro "abriram" o lugar hoje conhecido como Tambor Velho. Consta que, após a chegada da família, esse lugar se tornou um ponto de referência para os moradores do rio Jaú. Em decorrência do desenvolvimento do grupo doméstico onde Otília Maurícia figurava como matriarca, foi "tirado" um novo lugar, oito quilômetros rio abaixo do Tambor Velho, também na margem esquerda, onde atualmente se encontra a comunidade do Tambor.

"Tirar um lugar" equivale a ocupar uma nova área onde trabalho pessoal e esforços de familiares são empregados para qualificá-la em termos de produção e de apropriação. Por essa via, o direito sobre a posse da terra, que ainda inclui o reconhecimento da antiguidade e do domínio de seu usufruto, passa a ser elemento que define e confere legitimidade às maneiras específicas do uso da terra, nas relações que eram estabelecidas no rio Jaú.

Em tal circunstância, o sentido de "abrir" tem também peso diferenciado no esquema da posse: indica que a pessoa e/ou família desbravou um lugar que antes era apenas margem de rio ou mata fechada. Assim, quando José Maria dos Santos chegou à cabeceira do Paunini, ele abriu uma área que, em seguida, foi "tirada" por quase todos os seus descendentes.

Provavelmente é da percepção do domínio exercido por essas famílias que a designação do lugar e do próprio rio por um viés racial, indicativo também de uma classificação social, emerge como principal elemento de classificação categórica por agentes externos. "Rio dos pretos", "rio da pretalhada", "pretos do Paunini" e "Tambor dos pretos" tornaram-se, então, denominações recorrentes que, no contexto da exploração extrativista e do funcionamento do empreendimento seringalista na região do Jaú, ligavam tanto o rio Paunini como o lugar Tambor com a existência desse grupo doméstico.

Essas relações de dominação e a utilização de mecanismos tutelares exercidos pelo poder patronal e igualmente pelo Estado brasileiro engendram ações sociais estruturadas segundo disposições constitucionais pelos grupos que constroem o projeto político de reconhecimento, propriedade e posse plena dos territórios que ocupam como meio de luta pela autonomia dos modos de fazer, criar e viver, contra outros modelos de organização do espaço e exercício do poder.

Sobre o autor - João Siqueira é doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Como professor e pesquisador, desenvolve trabalhos sobre a emergência de processos variados no contexto da Amazônia em diferentes situações etnográficas.